



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

O **Vereador Francisco Paulo de Oliveira**, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município de Araucária/PR e o Regimento Interno desta Casa de leis apresenta a seguinte proposição:

PROJETO DE LEI Nº 300/2025

Institui o Programa Municipal de Famílias Acolhedoras para Pessoas Idosas e com Deficiência no Município de Araucária e dá outras providências.

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do município de Araucária., o Programa Municipal de Famílias Acolhedora para Idosos, com objetivo de oferecer acolhimento familiar provisório a Pessoas Idosas e/ou Pessoas com Deficiência em situação de risco social ou abandono, como medida de proteção prevista no Estatuto do Idoso, na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência(Lei nº 13.143/2015) e demais normativas pertinentes.

Art. 2º. O acolhimento familiar consiste no acolhimento provisório da pessoa idosa e/ou pessoa com deficiência por família previamente cadastrada, capacitada e acompanhada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, como alternativa ao acolhimento institucional.

Art. 3º. Poderão ser acolhidas pessoas idosas e/ou pessoa com deficiência que se encontrem em uma ou mais das seguintes situações,

- I – Em situação de abandono ou negligencia familiar comprovada;
- II – Vítimas de violência física, psicologia, patrimonial ou qualquer outra forma de maus-tratos;
- III- Sem referencia familiar ou com vínculos familiares rompidos;





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

IV – Em situação de emergência ou calamidade pública.

Art. 4º. O acolhimento poderá ocorrer

I – Mediante decisão judicial, especialmente nos casos envolvendo pessoas idosas e/ou pessoa com deficiência interditadas ou sob curatela;

II – Por meio de avaliação técnica da equipe do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), desde que haja a concordância expressa da pessoa a ser acolhida, nos casos em que tenha plena capacidade civil.

Art. 5º. Para participar do programa como família acolhedora, é necessário que o núcleo familiar interessado;

I – Resida no Município de Araucária;

II – Apresente condições adequadas de moradia, segurança e convivência, com ao menos um integrante familiar com renda;

III – Não possua antecedentes criminais;

IV – Submeta-se a processo seletivo, capacitação e avaliação psicossocial promovidos pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social;

V – Celebre termo de compromisso e responsabilidade;

VI – Receba acompanhamento técnico contínuo durante todo o período do acolhimento;

Art. 6º. O Município concederá ajuda de custo mensal à família acolhedora, conforme critérios definidos em regulamento próprio, com o objetivo de auxiliar nas despesas relativas à pessoa acolhida.

Art. 7º. As famílias acolhedoras terão direito à isenção ou abatimento, proporcional aos meses durante os quais acolherem crianças ou adolescentes, do valor do IPTU referente ao imóvel em que se dá o acolhimento.





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

Parágrafo único. O benefício será concedido para as famílias acolhedoras que preencherem aos requisitos até 1º de julho de cada ano, com efeitos para o exercício subsequente, observadas as normas da Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000.

Art. 8º. O acolhimento familiar terá caráter temporário e será monitorado periodicamente por equipe técnica multiprofissional, visando:

I - A reintegração familiar, sempre que possível;

II - A inserção da pessoa acolhida na rede de serviços de saúde, assistência social, lazer e demais políticas públicas;

III - A preservação da dignidade, autonomia e bem-estar da pessoa acolhida;

Art. 9º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 10º. Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Câmara Municipal de Araucária, 04 de agosto de 2025.

Francisco Paulo de Oliveira
Vereador





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo instituir, no Município de Araucária, o Programa Municipal de Famílias Acolhedoras para pessoas Idosas e/ou pessoas com Deficiência, como medida de proteção, cuidado e promoção de direitos para cidadão em situação de risco, abandono ou violação de direitos.

O Estatuto do Idoso, (Lei Federal nº 10741/2003), em seu artigo 3º, assegura à pessoa idosa todos os direitos fundamentais da pessoa humana, garantindo-lhe, por lei, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. De forma complementar, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelece o direito à proteção social e à convivência familiar para pessoas com deficiência.

Entretanto, ainda é expressivo o número de pessoas idosas e com deficiência em situação de vulnerabilidade, negligência ou abandono, sem apoio familiar ou acesso adequado a políticas públicas de acolhimento. Nesse contexto, o acolhimento em família acolhedora se apresenta como uma solução mais humanizada, afetiva e integradora, ao promover o convívio em ambiente familiar comunitário.

Além de promover melhores condições de cuidado, o acolhimento familiar possui custo significativamente inferior ao acolhimento institucional, o que o torna uma medida não apenas mais afetiva, mas também mais racional do ponto de vista da gestão pública. Como se dá no próprio território do município, o valor investido no apoio a família acolhedora e no bem-estar da pessoa acolhida retorna a economia local, uma vez que os gastos relacionados à alimentação, transporte, lazer e cuidados pessoais são realizados no comércio e serviços do município, fortalecendo a economia local e estimulando a circulação de renda.

O modelo de famílias acolhedoras já é utilizado em diversas cidades brasileiras, inclusive no próprio Município de Araucária, no atendimento de crianças e adolescentes.





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

Sua ampliação para o atendimento de idosos e pessoas com deficiência representa um avanço significativo na consolidação de políticas públicas mais humanas, sustentáveis e voltadas à proteção integral.

A iniciativa está em consonância com as diretrizes da Política Nacional do Idoso e com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), promovendo o fortalecimento de vínculos, a inclusão social e o combate à institucionalização prolongada.

Dessa forma, apresentamos este Projeto de Lei como uma ação concreta de respeito, solidariedade e valorização das pessoas idosas, contribuindo para a construção um município mais justo, inclusivo e comprometido com o bem-estar de todos os seus cidadãos.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres vereadores para a aprovação desta proposição, em benefício direto da população araucariense.

Câmara Municipal de Araucária, 04 de agosto de 2025.

Francisco Paulo de Oliveira
Vereador

